



Câmara dos Deputados

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 241-A, DE 2016, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O NOVO REGIME FISCAL"**

Requer a realização de audiência pública, com os representantes das Entidades que especifica para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal", objeto de análise desta Comissão Especial.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, ouvido o Plenário, realização de audiência pública para discutir os prováveis impactos da PEC nº 241 de 2016, os representantes, abaixo nominados, das seguintes entidades:

- a) **ANASPRA:** Associação Nacional dos Praças Policiais e Bombeiros Militares: Sr. Elisandro Lotin de Souza;
- b) **ABC:** Associação Brasileira de Criminalística: Sr. Bruno Telles;
- c) **APCF:** Associação de Peritos Criminais Federais: Sr. André Luiz da Costa Morisson;
- d) **FENEME:** Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares Estaduais: Sr. Marlon Jorge Tezza;
- e) **AMEBRASIL:** Associação dos Militares do Brasil: Sr. Elzio Nagalli;
- f) **ANPR:** Associação Nacional dos Procuradores da República: Sr. José Robalinho Cavalcanti;

- g) **CONAMP**: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público: Sra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti;
- h) **FENAPRF**: Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais: Sr. Pedro da Silva Cavalcanti;
- i) **FENAPF**: Federação Nacional dos Policiais Federais: Sr. Luís Antônio de Araújo Boudens;
- j) **CNCG**: Conselho Nacional dos Comandantes Gerais: Sr. Marco Antônio Bianchini Badaró; e
- k) **ANERMB**: Associação Nacional das Entidades dos Militares do Brasil, Sr. Leonel Lucas.

## JUSTIFICAÇÃO

O ajuste das contas públicas é de fundamental importância para recolocar a economia brasileira na trilha do crescimento, contudo, uma mudança estrutural de tal monta, certamente, terá impactos econômicos e financeiros na vida de todos, em especial, nos órgãos e nas carreiras responsáveis pela implementação das políticas públicas.

Assim, é de fundamental importância ouvirmos os diversos segmentos representativos da sociedade civil organizada, como é o caso das entidades por mim listadas, que em muito poderão contribuir para que os membros desta Comissão possam realmente avaliar o impacto das medidas propostas pela PEC 241/16, razão pela qual peço o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento.

Subtenente Gonzaga  
PDT/MG